



Editorial

Considerando a viragem paradigmática provocada, principalmente, pelo texto constitucional de 1988, à família cabe a proteção do Estado e, especialmente, à criança e ao idoso cabe ao Estado a promoção dos direitos fundamentais, visando a sua dignidade.

Nesse sentido, a presente edição da Revista *Direito & Justiça* convida os leitores para realizarem uma profunda reflexão acerca das relações familiares e suas implicaturas em uma sociedade complexa, na qual se entrecruzam diferentes variáveis afetivas e econômicas que, necessariamente, intervêm na interpretação e aplicação dos direitos em face das decisões judiciais.

Os artigos elaborados pelos professores e alunos da Faculdade de Direito da PUCRS, assim como pelos docentes de outras instituições, apresentam como fio condutor a legitimação dos princípios constitucionais, por meio de argumentações que sustentam diferentes teses jurídicas que objetivam provocar a reflexão crítica e inovadora na área jurídica.

A razão epistemológica que fundamenta as teses jurídicas defendidas nesta edição da Revista *Direito & Justiça* é desenvolvida no artigo *A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso*, sendo acompanhada dos artigos *A estigmatização do gênero feminino em A hora da estrela: uma reflexão criminológica acerca da violência contra a mulher*, *Bioética e filiação: direito à identidade pessoal, direito a conhecer a origem biológica, A possibilidade de união de entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais homossexuais, A adoção do nascituro sob a égide do Código Civil de 2002, Reflexão acerca da responsabilidade civil no Direito de Família, A inconstitucionalidade do inciso II do artigo 1.641 do Código Civil brasileiro* e *O dano moral e a dissolução da promessa de casamento*.

Desse modo, são apresentados textos a partir da perspectiva interdisciplinar que permanecem comprometidos com a teoria e a prática das Ciências Jurídicas e Sociais.